



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
27/2024

PÁGINA Nº
1 de 14

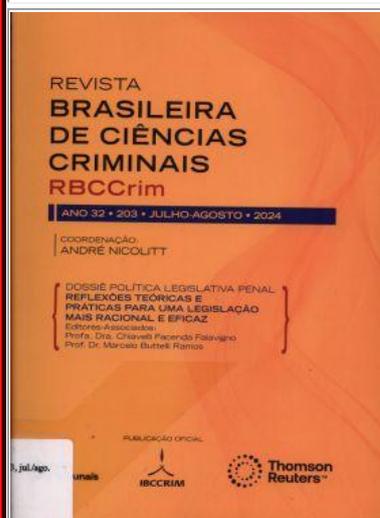
RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

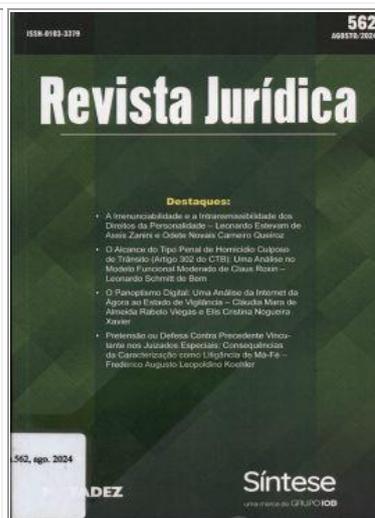
- LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

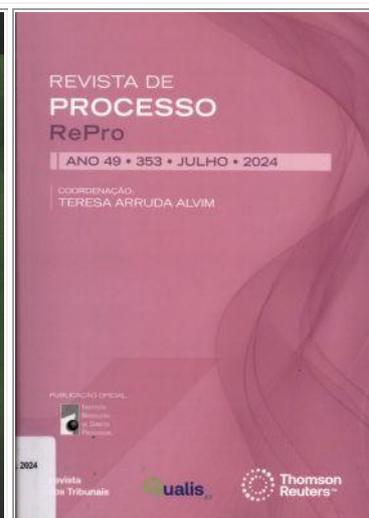
III- PERIÓDICO



Revista Brasileira de Ciências Criminais



Revista Jurídica



Revista de Processo



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
27/2024

PÁGINA Nº
2 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 12.189, de 20 de setembro de 2024](#)

Altera o [Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008](#), que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.

DOU - Seção 1, p. 1, Extra A, 20/09/2024

[Decreto n. 12.198, de 24 de setembro de 2024](#)

Institui a Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027 e a Infraestrutura Nacional de Dados, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

DOU - Seção 1, p. 13, 25/09/2024

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

Presidência da República

[Lei n. 14.984, de 24 de setembro de 2024](#)

Altera a [Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007](#), para possibilitar a organização do Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria em subdivisões físicas, como volumes, seções ou tomos.

DOU - Seção 1, p. 1, 25/09/2024

[Lei n. 14.986, de 25 de setembro de 2024](#)

Altera a [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País.

DOU - Seção 1, p. 1, 26/09/2024

[Lei n. 14.987, de 25 de setembro de 2024](#)

Altera a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estender o direito ao atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes que tiverem qualquer dos pais ou responsáveis vitimado por grave violência ou preso em regime fechado.

DOU - Seção 1, p. 3, 26/09/2024

Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

[Emenda Constitucional n. 134, de 24 de setembro de 2024](#)

Altera o art. 96 da [Constituição Federal](#), para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos de Tribunais de Justiça.

DOU - Seção 1, p. 1, 25/09/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
27/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Resolução n. 582, de 20 de setembro de 2024](#)

Institui o Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e o Formulário de Registro de Ocorrência Geral de Emergência e Risco Iminente às Pessoas LGBTQIA+ (Formulário Rogéria) no âmbito do Poder Judiciário, e dá outras providências.

eDJ-CNJ n. 228, de 24/09/2024, p. 2-5

[Portaria n. 277, de 3 de setembro de 2024](#)

Institui o Fórum Nacional de Juízes de Execução Fiscal.

eDJ-CNJ n. 230, de 26/09/2024, p. 2-3

[Portaria n. 301, de 16 de setembro de 2024](#)

Revoga o inciso XVIII do art. 2º da [Portaria Presidência nº 136/2023](#), que institui Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

eDJ-CNJ n. 230, de 26/09/2024, p. 4

Corregedoria Nacional de Justiça

[Provimento n. 182, de 17 de setembro de 2024](#)

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo [Provimento n. 149, de 30 de agosto de 2023](#), para dispor sobre modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos ofícios de registro civil das pessoas naturais.

eDJ-CNJ n. 227, de 23/09/2024, p. 40-49



ALERTA SEBIB

NÚMERO
27/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
5 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Conselho da Justiça Federal

Presidência

[Resolução n. 910, de 9 de setembro de 2024](#)

Altera o art. 27 da [Resolução CJF n. 4, de 14 de março de 2008](#), que regulamenta, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus a concessão do auxílio-transporte, do auxílio-alimentação, dos adicionais pelo exercício de atividades insalubres ou perigosas, da prestação de serviço extraordinário e do adicional noturno, da indenização de transporte, da gratificação natalina, do auxílio-moradia, do auxílio pré-escolar, da ajuda de custo, das diárias e consignações em folha de pagamento.

DOU - Seção 1, p. 274, 23/09/2024

[Resolução n. 911, de 9 de setembro de 2024](#)

Altera a [Resolução CJF n. 224, de 26 de dezembro de 2012](#), que dispõe sobre o reconhecimento, atualização e pagamento de passivos administrativos, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

DOU - Seção 1, p. 274-275, 23/09/2024

[Resolução n. 910, de 9 de setembro de 2024](#) (*)

Altera o art. 27 da [Resolução CJF n. 4, de 14 de março de 2008](#), que regulamenta, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus a concessão do auxílio-transporte, do auxílio-alimentação, dos adicionais pelo exercício de atividades insalubres ou perigosas, da prestação de serviço extraordinário e do adicional noturno, da indenização de transporte, da gratificação natalina, do auxílio-moradia, do auxílio pré-escolar, da ajuda de custo, das diárias e consignações em folha de pagamento.

DOU - Seção 1, p. 152, 24/09/2024

(*) Republicada em razão de divergência do [texto publicado no DOU de 23/9/2024, Seção 1, página 274](#), com o texto aprovado pelo Plenário do Conselho da Justiça Federal, na sessão de 9/9/2024.

[Portaria n. 584, de 16 de setembro de 2024](#)

Altera a [Portaria CJF n. 340, de 7 de junho de 2024](#), que dispõe sobre a composição do Fórum de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, denominado "Fórum LGPD/JF".

Publicação Eletrônica SEI! - CJF em 23/09/2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
27/2024

PÁGINA Nº
6 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Resolução n.81, de 20 de setembro de 2024](#)

Dispõe sobre normas de serviço relativas às atribuições da Comissão de Acervo Jurídico do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

BDTRF1, 20 de setembro de 2024

[Resolução n.82 de 24 de setembro de 2024](#)

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela [Lei Complementar 101, de 04/05/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DOU - Seção 1, p. 222-223, 26/09/2024

[Resolução n.83, de 25 de setembro de 2024](#)

Altera a estrutura administrativa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região estabelecida pela Resolução Presi 78, de 2 de setembro de 2024 e alterações e dá outras providências.

BDTRF1, 25 de setembro de 2024

Diretoria-Geral

[Portaria n. 612, de 19 de setembro de 2024](#)

Dispõe sobre o Glossário de Siglas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

BDTRF1, 20 de setembro de 2024

Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região

[Portaria n.62, de 20 de setembro de 2024](#)

Institui a "Campanha Justiça Rosa" no âmbito do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região.

BDTRF1, 23 de setembro de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

27/2024

PÁGINA Nº

7 de 14

RESPONSÁVEL

Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS Nº 203 – JUL.-AGO./2024

Dossiê Política Legislativa Penal: Reflexões Teóricas e Práticas para uma Legislação Mais Racional e Eficaz

Política legislativa penal: um campo de estudos em construção no Brasil

Criminal legislative policy: a field of study under construction in Brazil

CHIAVELLI FALAVIGNO e MARCELO BUTTELLI..... 17

O medo do crime na política legislativa penal latino-americana: estudo das justificações dos projetos de Lei no Brasil e no Chile (1980-2020)

Fear of crime in Latin American legislative criminal policy: study of the justifications of bills in Brazil and Chile (1980-2020)

ANA CAROLINA DE MORAIS COLOMBAROLI..... 23

Política criminal legislativa no Brasil: o avanço de um campo autônomo de pesquisa (2013-2023)

Legislative criminal policy in Brazil: the progress of an autonomous field of research (2013-2023)

CAROLINA COSTA FERREIRA 63

A central de vagas versus o "punitivismo" infracional? O processo de implementação do serviço nos sistemas estaduais de atendimento socioeducativo

The centre for vacancies versus "punitive" offending? The process of implementing the service in state socio-educational care systems

EDUARDA LORENA DE ALMEIDA, FERNANDA MACHADO GIVISIEZ e LETÍCIA GODINHO DE SOUZA..... 81

Crime de tráfico de pessoas no Brasil: lacunas na tutela penal e propostas de inclusão do Protocolo de Palermo

Human trafficking crime in Brazil: gaps in criminal protection and proposals for inclusion in the Palermo Protocol

MARCO AURÉLIO FARIAS DA SILVA 109



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
27/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
8 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

A política criminal do ecocídio no Brasil: propostas de criminalização entre subversão e reprodução da modernidade/colonialidade penal
The criminal policy of ecocide in Brazil: criminalization proposals between subversion and reproduction of penal modernity/coloniality
MARÍLIA DE NARDIN BUDÓ, KARINE AGATHA FRANÇA e AMANDA REGINA
COUTINHO DA SILVA..... 137

La corrupción pública en la política criminal de la Unión Europea: breves consideraciones
Public corruption on the European Union criminal policy: brief remarks
PATRÍCIA CARRARO ROSSETTO..... 173

FLUXO COMUM

É possível a aplicação da "teoria" da cegueira deliberada no Brasil?
Is it possible the application of the willful blindness doctrine in Brazil?
ANDREAS EISELE 215

A presença de amigos e familiares da vítima exigindo justiça no plenário do júri: reflexões sobre a necessidade de manutenção de um cenário equilibrado e imparcial na disputa de narrativas entre acusação e defesa
The presence of friends and family of the victim demanding justice in the jury plenary: reflections on the need to maintain a balanced and impartial scenario in the dispute of narratives between prosecution and defense
BRUNO LEITÃO, FRANCISCO DE ASSIS DE FRANÇA JÚNIOR e RENATO KRAMER 237

Kant e o direito penal do inimigo de Günther Jakobs: a incompatibilidade do conceito de pessoa
Kant and the enemy criminal law of Günther Jakobs: the incompatibility of the concept of person
JOSÉ DE RESENDE JÚNIOR..... 261

Why do women steal? A qualitative study on the factors that influenced women convicted by article 157 of the Penal Code
Por que as mulheres roubam? Um estudo qualitativo sobre os fatores que influenciaram mulheres condenadas pelo artigo 157 do Código Penal
JAQUELINE OLIVEIRA BAGALHO, MARIANA LOUZADA LEAL e HENRIQUE GEAQUINTO
HERKENHOFF..... 281



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
27/2024

PÁGINA Nº
9 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Critérios objetivos de quantidade para aplicação da Lei de Drogas no Brasil: projeções de impacto na população carcerária

Drug quantity threshold for Drug Law enforcement in Brazil: projections of impact on the prison population

NATALIA CARDOSO AMORIM MACIEL e MILENA KARLA SOARES 299

O *habeas corpus* como instrumento de controle na justiça penal negociada: uma análise a partir da jurisprudência dos tribunais superiores

Habeas corpus as an instrument of control in negotiated criminal justice: an analysis based on the case law of the Brazilian higher courts

FELIPE DA COSTA DE-LORENZI 333

DIREITO POR QUEM O FAZ

Parecer – do conceito de erro judiciário no direito brasileiro

Opinion – the concept of miscarriage of justice in Brazilian Law

RAQUEL LIMA SCALCON 365



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
27/2024

PÁGINA Nº
10 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA JURÍDICA Nº 562 – AGO./2024

Doutrinas

CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL

1. Pretensão ou Defesa Contra Precedente Vinculante nos Juizados Especiais: Consequências da Caracterização como Litigância de Má-Fé
Frederico Augusto Leopoldino Koehler..... 9
2. A Irrenunciabilidade e a Intransmissibilidade dos Direitos da Personalidade
Leonardo Estevam de Assis Zanini e Odete Novais Carneiro Queiroz 31
3. O Panoptismo Digital: Uma Análise da Internet da Ágora ao Estado de Vigilância
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas e Elis Cristina Nogueira Xavier 55

PENAL E PROCESSUAL PENAL

1. O Alcance do Tipo Penal de Homicídio Culposos de Trânsito (Artigo 302 do CTB): Uma Análise no Modelo Funcional Moderado de Claus Roxin
Leonardo Schmitt de Bem 83



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
27/2024

PÁGINA Nº
11 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA DE PROCESSO Nº 353 – JUL./2024

PROCESSO E CONSTITUIÇÃO

Incidente de desconsideração de personalidade jurídica e sua aplicação na execução fiscal sob um olhar constitucional

Disregard of legal entity issue and its application in tax foreclosure from a constitutional perspective

JOÃO CARLOS DE LIMA JUNIOR..... 23

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Custos vulnerabilis e panprocessualismo: entre a sujeição aos limites do possível e a transformação em direção ao desejável

Custos vulnerabilis and pan-procedural approach: between subjection to the limits of the possible and transformation towards what is desirable

IGOR SOUZA MARQUES..... 45

PROCESSO DE CONHECIMENTO (DIREITO PROBATÓRIO)

A prova ilícita nas ações de família à luz da instrumentalidade do processo

The use of improper evidence in family law proceedings considering the instrumentality of the process

CAROLINE POMJÉ..... 73

O direito fundamental à prova sob a concepção racionalista (e vice-versa): pela implementação de um modelo objetivista para o direito probatório

The fundamental right to proof under the rationalist conception (and vice versa): for the implement of and objectivist model for Evidence Law

RODRIGO DOVAL ROSA LOPES..... 103



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
27/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
12 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

PROCESSO NOS TRIBUNAIS

A problemática da colheita de votos nos tribunais

The problem of votes in the courts

GILBERTO ANDREASSA JUNIOR 131

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

A relevância da questão federal infraconstitucional no recurso especial: a história que adora uma repetição

Federal infraconstitutional relevance questioning for special appeal: the history that loves to repeat itself

ÁLVARO JOSÉ HADDAD DE SOUZA 169

Além da Súmula 7: limites ao exame de matéria fático-probatória pelas Cortes Superiores em recursos excepcionais

Beyond Súmula 7: limits to the examination of proof by the Higher Courts through exceptional appeals

ANA BEATRIZ FERREIRA REBELLO PRESGRAVE e JULES MICHELET PEREIRA QUEIROZ E SILVA 199

TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

Litigância predatória, tutela coletiva e o porvir do acesso à justiça

Predatory litigation, class actions and the next step of access to justice

GABRIELLY DE SOUZA 217

PROCESSOS ESTRUTURAIS, ESTRATÉGICOS E COMPLEXOS

Processo estrutural, ativismo judicial e diálogos institucionais

Structural Litigation, Judicial Activism and Institutional Dialogues

ALEXANDRE GASTAL e VIVIAN SCHÖNHOFEN 241

Um diálogo entre as audiências brasileiras e a perspectiva do processo como *town meeting*: reflexões sobre o processo estrutural como ampla arena de debate

A dialog between brazilian hearings and the perspective of the lawsuit as a town meeting: reflections on structural litigation as a broad arena of debate

EDILSON VITORELLI e THAIS CARRARO GARCIA 269



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
27/2024

PÁGINA Nº
13 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Metodologia de implementação das decisões estruturais e seu impacto transformador <i>Methodology for Implementing Structural Decisions and Its Transformative Impact</i> FLÁVIA PIOVESAN e LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO HERNANDES.....	293
TUTELA DIFERENCIADA	
Aspectos polêmicos do IDPJ e regularidade do reconhecimento de grupo econômico na execução trabalhista – Parte 1 <i>Controversial aspects of the IDPJ and regularity of economic group recognition in labor enforcement – Part one</i> SÉRGIO CABRAL DOS REIS.....	325
DIREITO JURISPRUDENCIAL – PRECEDENTES VINCULANTES, JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE, SÚMULAS E TEMAS AFINS	
Os efeitos da modulação na distribuição dos honorários sucumbenciais em processos dependentes – Parte 1 <i>The effects of modulation on the distribution of sucumbency in dependent cases – Part one</i> SCILIO FAVER.....	361
DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES	
O artigo 33 da "Loi 2019-222 du 23 Mars 2019 de programmation 2018-2022 et de réforme pour la justice" (França): reflexões processuais sobre a proibição de análises de perfis de magistrados <i>Article 33 of The French Justice Reform Act n. 2019-222 of March 23, 2019 (France): procedure reflections on the prohibition of analyzing profiles of judges</i> PAULA FERREIRA BOVO.....	387
MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – ADR	
Intervenção anômala da União no processo arbitral <i>Anomalous intervention by the Federal Government in the arbitration process</i> ALBERTO JONATHAS MAIA.....	413



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
27/2024

PÁGINA Nº
14 de 14

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Autotutela privada como método adequado de tratamento de conflitos?
Apresentação e análise dos argumentos favoráveis e contrários – Parte 2
Private self-help as an appropriate method for handling conflicts?
Presentation and analysis of favorable and contrary arguments – Part two
RINALDO MOUZALAS..... 441

The promise of consensual justice: towards a paradigm shift in the administration of Civil Justice. The Italian case
A promessa de uma justiça consensual: rumo a uma mudança de paradigma na administração da justiça civil. O caso italiano
SILVANA DALLA BONTÀ..... 467

HISTÓRIA DO PROCESSO

¿Por qué leer a los clásicos (del Derecho Procesal)?
Por que ler os clássicos (do Direito Processual)?
ANA RODRÍGUEZ ÁLVAREZ..... 503

PROCESSO PENAL

Ministério Público e discricionarietà na análise de cabimento de acordos de não persecução penal: estatísticas do MPGO em 2022 e 2023
Public Persecution Service and discretion in analyzing the appropriateness of deferred prosecution agreement: MPGO statistics from 2022 to 2023
AUGUSTO CORRÊA DE SOUSA e VINICIUS GOMES DE VASCONCELLOS..... 525